

funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber de clientes. **• Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.015	2.014
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	155.300	2.408.734
Aplicação financeiras de curto prazo(b)	5.252.673	2.857.409
Total	5.410.973	5.269.143

8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.

A) Composição

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2.015	2.014
Beneficiárias	1.027.095	(41.084)	986.011	1.027.095	986.011
Instrumentos Médicos Hospitalares	104.149	(18.144)	86.005	104.149	86.005
Equipamentos de informática	495.480	(95.813)	399.667	495.480	399.667
Máquinas e equipamentos Méd, Mhospitulares	2.680.949	(521.455)	2.159.494	2.680.949	2.159.494
Móveis e utensílios hospitalares	815.537	(135.915)	679.622	815.537	679.622
Móveis e utensílios de escritório	79.179	(32.588)	46.591	79.179	46.591
Móveis e utensílios	162.291	(2.879)	159.412	162.291	159.412
Total imobilizado	5.364.681	(947.880)	4.416.801	5.364.681	4.416.801
Direito de uso de software	49.717	(24.341)	25.376	49.717	25.376
Total intangível	49.717	(24.341)	25.376	49.717	25.376
Total do ativo imobilizado	(4.442.177)	-	(4.442.177)	(4.442.177)	(4.442.177)
(-) Subvenções a realizar	(4.442.177)	-	(4.442.177)	(4.442.177)	(4.442.177)
Total subvenções a realizar	(4.442.177)	-	(4.442.177)	(4.442.177)	(4.442.177)

B) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/15
Beneficiárias	1.027.095	-	-	-	1.027.095
Instrumentos Méd, Hospitalares	93.547	10.602	-	-	104.149
Equipamentos de informática	479.134	16.346	-	-	495.480
Máquinas e eqiuptos Médicos	2.411.945	269.007	-	-	2.680.952
Móveis e Utensílios	162.291	-	-	-	162.291
Móveis e utensílios hospitalares	773.690	41.947	-	-	815.637
Móveis e utensílios de escritório	58.887	20.292	-	-	79.179
(-) Depreciação **	(466.648)	-	(481.231)	-	(947.879)
Total imobilizado	4.377.651	520.381	(481.231)	-	4.416.801
Direito de uso de software	49.717	-	-	-	49.717
(-) Amortização **	(13.762)	-	(10.578)	-	(24.341)
Total intangível	35.954	-	(10.578)	-	25.376
(-) Subvenções a realizar *	(4.413.605)	(519.884)	-	491.312	(4.413.605)
Total Subvenções a realizar	(4.413.605)	(519.884)	-	491.312	(4.413.605)
Total geral	497	(491.809)	491.312	491.312	497

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente à depreciação do bem em 2.015 no montante de R\$ 491,312. ** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2015 montou a R\$ 491,809 (Em 2014 - R\$ 389,562).

C) Taxas de depreciação e amortização

As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.015	2.014
Materiais e Medicamentos	3.646.549	2.303.708
Imobilizado	393.051	60.740
Serviços tomados Pessoa Jurídica	1.459.056	842.038
Total	5.499.056	3.206.486

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.015	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	2.980.812	3.475.222
Total	2.980.812	3.475.222

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	2.335.870	2.085.561
FGTS	362.441	314.393
INSS	461.003	225.821
Provisão de férias e encargos	4.143.996	3.706.363
Outras	90.134	79.957
Total	7.393.444	6.412.095

12. Obrigações Fiscais

Descrição	2.015	2.014
Imposto de renda retido na fonte	1.051.199	647.068
Imposto sobre serviços retidos na fonte	71.217	10.902
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	1.165.263	75.177
Total	2.287.679	733.147

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará. (b) Corresponde a certificado de depósitos bancários (CDB), aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remunerados a taxa de 97% a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber

Descrição	2.015	2.014
Secretaria Executiva de Saúde Pública	12.768.885	10.873.866
Total	12.768.885	10.873.866

6. Estoques

Descrição	2.015	2.014
Dieta e fios cirúrgicos	67.190	58.436
Gases Medicinais	80.749	21.753
Materiais de Banco de Sangue	49.501	21.562
Materiais hospitalares de consumo	441.260	612.330
Materiais hospitalares de reposição	118.711	117.019
Medicamentos	582.629	785.499
Materiais de higiene e Limpeza	45.212	87.218
Materiais de Manutenção	139.893	118.438
Uniformes e enxovais	649	33.983
Demais materiais	257.761	189.944
Total	1.783.555	2.046.182

7. Empréstimos de Medicamentos: Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, por meio de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

16. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	2.067.281	1.114.556
Adições (Nota 19-despesa com pessoal)	1.014.838	952.725
Saldo final	3.082.119	2.067.281

17. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. **18. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.015 montaram R\$ 94.448.977 (2.014 - R\$ 90.681.721).

19. Despesas com Pessoal

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	(27.530.029)	(24.798.722)
Insalubridade	(1.493.807)	(1.306.271)
Horas extras e adicionais	(2.656.060)	(2.308.752)
Vale transporte	(700.358)	(638.309)
Décimo terceiro salário	(3.032.964)	(2.637.492)
Férias	(4.031.347)	(3.466.021)
FGTS	(3.198.806)	(2.855.327)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.014.838)	(952.725)
Contribuição Patronal ao INSS	(9.670.917)	(8.673.880)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	9.670.917	8.673.880
PIS	(383.960)	(342.046)
Outras	(22.985)	(148.770)
Total	(44.065.154)	(39.454.435)

20. Serviços de Terceiros

Descrição	2.015	2.014
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(19.611.166)	(18.673.053)
Serviços tomados de pessoa física e outros	(33.421)	-
Serviços tomados de pessoa jurídica	(6.043.679)	(6.475.045)
Total	(25.288.266)	(25.148.098)

21. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

22. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.015	2.014
Medicamentos	(5.093.986)	(4.872.219)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(938.819)	(947.328)
Órtese e prótese	(2.075.840)	(2.183.977)
Materiais de uso do paciente	(5.512.581)	(4.449.671)
Gases medicinais	(770.795)	(1.009.802)
Gêneros alimentícios	(1.188.025)	(1.145.459)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.031.026)	(1.073.581)
Combustíveis e lubrificantes	(64.669)	(157.263)
Materiais de conservação e reparos	(427.541)	(223.113)
Impressos e materiais de expediente	(261.592)	(193.629)
Peças e acessórios de reposição	(322.914)	(176.908)
Outros	(301.159)	(440.626)
Total	(17.988.947)	(16.873.576)

23. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015	2.014
Ativos		
Valor justo por meio do resultado	5.410.973	5.269.143
Caixa e equivalentes de caixa	12.768.885	10.873.866
Contas a receber de clientes	18.179.858	16.143.009
Total Ativos	36.359.716	32.286.018
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	5.499.056	3.206.486
Honorários médicos	2.980.812	3.475.222
Partes relacionadas	2.409.029	2.259.578
Total Passivos	10.888.897	8.941.286

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **24. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social:** Em 28 de junho de 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em

continuação

ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) **Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 19 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) **Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho

ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

25. Imunidade e Isenção Tributária: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social). A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A

entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	2.859.094	2.769.390
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	97.034
Contribuição patronal ao INSS	9.670.917	8.673.880
	12.530.011	11.540.304

26. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente Fabio Brandão - Contador local - CRC/PA: MA-008601/O-8 "T" - PA	Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pró-Saúde	Rogério Kuntz Diretor Geral do Hospital David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: SP-195413/O-2 "S" - PA	Itamar Cabral Monteiro Diretor Adm/Financ. do Hospital
---	---	---	--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

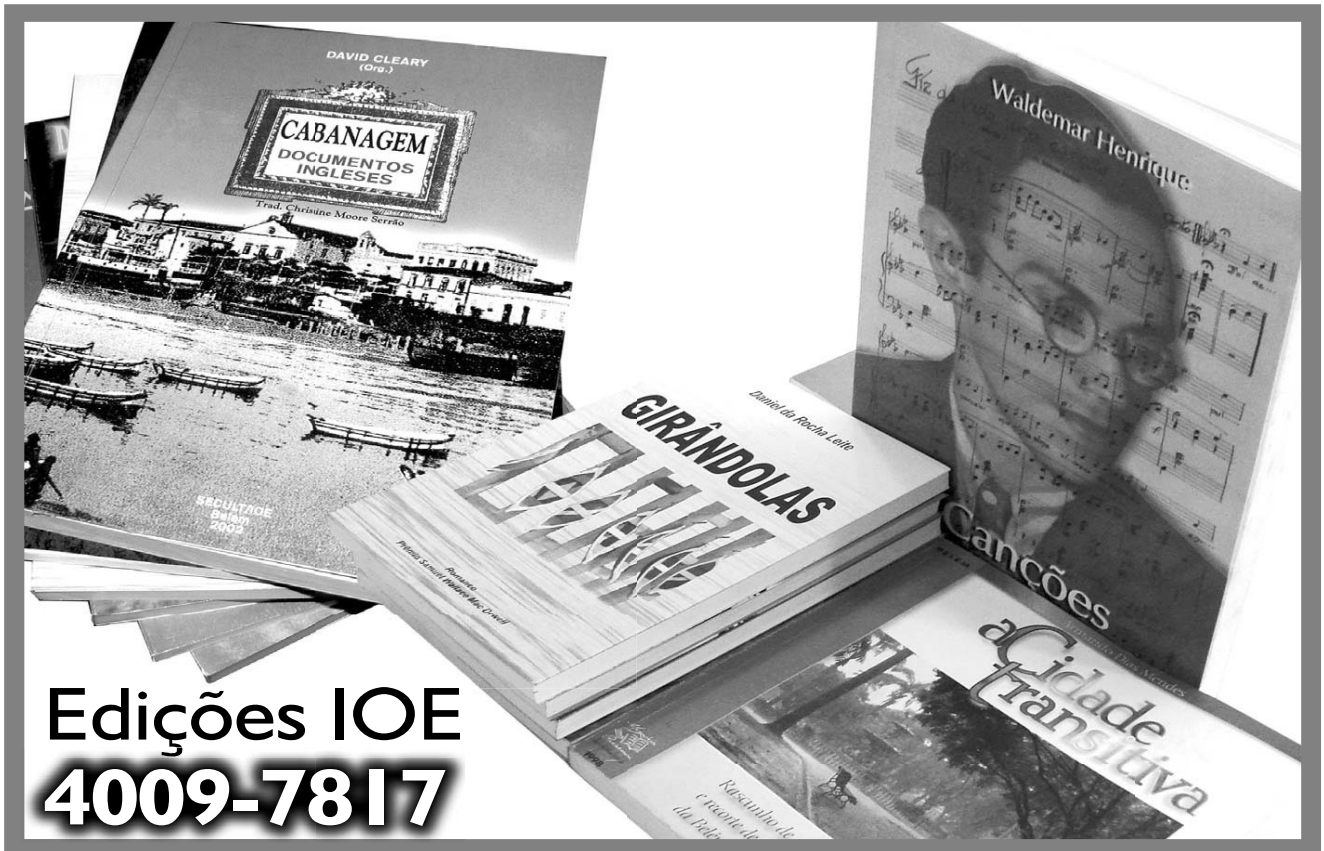
brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA** em 31 de dezembro de 2.015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: Continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto ao Governo Estadual do Pará, para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ananindeua, 18 de Março de 2.016.

LM Auditores Associados CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 944777



Edições IOE
4009-7817





Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP. A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br Data: Quinta-feira, 31 de Março de 2016 às 0:00:00